Privilégio e dignidade

Simon Schwartzman e Elizabeth Balbachevsky

Publicado no *O Estado de São Paulo*, 26 de julho de 1994

Os resultados para o nosso País, da pesquisa da Fundação Carnegie sobre a situação da profissão acadêmica no mundo, revelam uma realidade conhecida de muitos: o professor de terceiro grau no Brasil é, em geral, pouco qualificado (apenas 12% tinham doutorado completo em 1991, segundo dados do MEC) e sua produtividade acadêmica é baixa: ao todo 45% da nossa amostra não declarou nenhuma produção acadêmica, *stricto sensu*, nos últimos três anos.

Esses dados agregam resultados coletados em universos heterogêneos. Num extremo encontramos profissionais qualificados, altamente produtivos, trabalhando em regime de dedicação exclusiva nas melhores universidades do País. No outro, temos os professores horistas, com baixa qualificação, trabalhando em condições precárias, e sem horizonte acadêmico propriamente dito.

Além disso, podemos identificar dois tipos de profissionais: de um lado, o professor tradicional para quem o ensino universitário é apenas o apanágio de uma carreira bem-sucedida fora das arcadas da academia. De outro lado, os docentes "corporativos", que contam com a proteção da estabilidade e do contrato de dedicação exclusiva, mas falta-lhes titulação, sua qualificação como pesquisador é insuficiente e seus atributos como scholar deixam muito a desejar. Segundo estimativas de nossa pesquisa, os "acadêmicos representam apenas 17,8% do total da amostra, enquanto os "professores horistas", concentrados no setor privado, somam 35,6%. Os "professores", no estilo tradicional, somam 18,8% e o setor "corporativo" representa 27,8% do total.

A rápida expansão do sistema de ensino superior no Brasil, nos anos setenta, explica, em parte, a existência desse setor "corporativo". Entre 1965 e 1975 os postos de professor no sistema de ensino superior brasileiro mais do que triplicaram, o que fatalmente obrigou o

sistema a um recrutamento pouco seletivo. A oferta de condições vantajosas facilitou o recrutamento e foi mantida com a expectativa ilusória de que incentivaria a qualificação.

Necessária no passado, essa política se mantém hoje por pressões corporativas. Nos anos oitenta e noventa, adotaram-se politicas pautadas pelo principio da isonomia. Na maior parte das universidades públicas brasileiras, tempo integral, salário, estabilidade e carreira deixaram de depender do empenho do profissional na vida acadêmica Isso gerou uma situação em que o investimento na carreira e no aprimoramento profissional se tornou, em grande parte, um luxo dispendioso que poucos profissionais se dispõem a dar-se pois o retorno é quase sempre negativo.

Vinte anos depois, os resultados dessa política são evidentes: enquanto nas universidades públicas paulistas o setor "corporativo" representa apenas 17,8% dos docentes, nas demais universidades públicas brasileiras ele é majoritário. São 54,1% dos professores da rede estadual fora de São Paulo e 42,8% nas universidades federais.

Isso explica, em grande parte, o ressentimento manifestado pelos docentes do ensino superior brasileiro quanto a seu futuro e prestigio profissional: ao todo 80% dos entrevistados concordam que o respeito pelos acadêmicos está em declínio no Brasil. Tal sentimento de desprestígio espelha a desesperança de quem trabalha em um ambiente corroído em sua legitimidade institucional, que não reconhece os esforços de cada um no ensino e na pesquisa.

A atividade científica não se mantém fora de um ambiente institucional caracterizado por mecanismos de auto-regulação e auto-referência. Tais características constituem privilégios que, quando associados a uma politica corporativa, que repassa para sociedade os custos de benefícios estendidos a todos, sem critério de mérito, tem um efeito catastrófico para a legitimidade da instituição. O resgate de uma politica meritocrática, que reconheça o empenho diferencial a valorize a ética profissional constitui uma questão básica que deve ser enfrentada se quisermos que a universidade pública sobreviva com dignidade entre nós.